

EDUCAÇÃO DE SURDOS DE IGARASSU – PE: PERSPECTIVAS A PARTIR DO PROJETO “LIBRAS VAI À ESCOLA”

Deise Souza da Silva Castro ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir algumas das experiências vivenciadas no projeto: “Libras vai à escola”, realizado pela gerência de educação inclusiva a pedido da secretaria de Educação do município de Igarassu – Pernambuco, que ocorreu no segundo semestre de 2024. A motivação para a criação surgiu do pedido de uma aluna surda do fundamental II, que se queixava de ser a única pessoa surda na sala de aula, pontuando a dificuldade de comunicação, e que desejava encontrar outras pessoas surdas a fim de se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais, sem a necessidade da intermediação de um intérprete. Desta forma, a partir do mapeamento da gerência de educação inclusiva, em parceria com os intérpretes de Libras do município de Igarassu, uma vez por semana, as quinze (15) turmas de diferentes escolas, que possuíam surdos matriculados, receberam aulas de Libras uma vez por semana. Além disso, cada escola ficou responsável por criar um produto, como cartilha, panfleto, gravação de vídeos, vivência entre família/escola, jogos de Libras, entre outros. Ao longo dos quatro meses aconteceram visitas de acompanhamento pela gerência, e um momento de encerramento com os intérpretes, trazendo os relatos de experiência vividos por eles nas salas de aula. Todo o processo de aplicação convergiu com os desafios antigos presentes na educação de surdos, a exemplo da discussão das escolas bilíngues, o analfabetismo das pessoas surdas, o desconhecimento da Libras pela família, o papel do professor regente e do intérprete de Libras na inclusão escolar. O projeto também destacou a importância do conhecimento sobre o perfil das crianças surdas, que devido a aquisição tardia da linguagem possuem lacunas na escolarização, com conhecimento aquém do esperado para sua idade. O que revela a necessidade de elaboração de propostas educacionais continuas, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades (LACERDA, 2006).

Palavras-chave: Educação de surdos, Bilinguismo, Libras.

INTRODUÇÃO

A educação de surdos no Brasil tem passado por constantes transformações teóricas e práticas, especialmente após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. Essas normativas representam um marco na consolidação dos direitos linguísticos da comunidade surda, ao reconhecerem a Libras como língua de instrução e base para uma educação bilíngue. No entanto, apesar dos avanços legais, ainda persistem lacunas significativas nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas voltadas à efetivação dessa perspectiva nas escolas regulares.

¹Pós graduada em Libras pelo Instituto Federal da Paraíba – IFPB – Email: deisetrabalho3@gmail.com.

O ensino de alunos surdos na educação básica requer um olhar atento para as especificidades linguísticas e culturais desses estudantes. A ausência de fluência em Libras, a falta de convivência com pares surdos e o desconhecimento da língua por parte das famílias são fatores que contribuem para o atraso linguístico e para a dificuldade na aquisição da leitura e da escrita. Nesse contexto, torna-se fundamental pensar em práticas educativas que promovam o letramento visual e a mediação bilíngue, com participação ativa de professores, intérpretes e familiares.

O presente artigo discute as experiências vivenciadas no projeto “Libras vai à escola”, desenvolvido pela Gerência de Educação Inclusiva em parceria com a Secretaria de Educação do município de Igarassu – Pernambuco, durante o segundo semestre de 2024. A iniciativa teve origem na demanda de uma estudante surda que expressou o desejo de se comunicar com outras pessoas surdas, sem depender exclusivamente do intérprete. A partir dessa necessidade, o projeto passou a oferecer aulas de Libras para quinze escolas municipais que possuíam alunos surdos matriculados, abrangendo diferentes etapas de ensino.

A relevância do estudo está na análise das contribuições do projeto para a promoção da inclusão linguística e para a valorização da Libras como instrumento de socialização e aprendizagem. Ao proporcionar aulas de Libras para turmas compostas por alunos surdos e ouvintes, o projeto favoreceu a criação de um ambiente colaborativo e empático, contribuindo para o fortalecimento da cultura surda e para a redução das barreiras comunicacionais no contexto escolar.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e de campo, com base na observação participante e no acompanhamento técnico das aulas de Libras nas escolas da rede municipal. Essa abordagem permitiu compreender de forma aprofundada as práticas pedagógicas, as interações entre professores e intérpretes e os desafios enfrentados na alfabetização bilíngue de alunos surdos.

Os resultados indicaram que, embora persistam obstáculos, como a ausência da Libras no currículo escolar, a resistência de algumas famílias, o projeto “Libras vai à escola” tem se mostrado uma estratégia efetiva de inclusão, sensibilizando a comunidade escolar e promovendo uma visão mais ampla sobre a educação bilíngue. As experiências analisadas evidenciam a importância de políticas públicas que tornem a Libras uma disciplina curricular nacional, incentivem o aprendizado da língua pelas famílias e ampliem a presença de professores surdos nas escolas.



Em síntese, este trabalho reafirma que a inclusão educacional de alunos surdos depende da acessibilidade linguística, da valorização da Libras e do comprometimento das instituições em construir uma escola que reconheça e celebre a diferença. A experiência de Igarassu revela que ações locais podem gerar impactos significativos, apontando caminhos possíveis para uma educação bilíngue mais equitativa e transformadora.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como pilar a pesquisa qualitativa, escolhida com o objetivo de possibilitar ao pesquisador manter contato direto com o ambiente, permitindo compreender o “significado” que as pessoas atribuem às situações e experiências observadas (GIL, 2019). A pesquisa qualitativa foi adotada por favorecer a análise de fenômenos sociais e educacionais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, considerando seus contextos, interações e práticas discursivas. A abordagem metodológica adotada caracteriza-se também como pesquisa descritiva e de campo, pois busca registrar e interpretar as experiências do projeto “Libras vai à escola” em seu ambiente natural, sem manipulação das variáveis. O foco recai sobre as práticas pedagógicas, a interação entre professores regentes, intérpretes de Libras e alunos surdos, bem como os desafios enfrentados na inclusão escolar.

As etapas do estudo incluíram visitas técnicas de acompanhamento às aulas de Libras promovidas nas quinze escolas da rede municipal de Igarassu - PE, durante o segundo semestre de 2024. Nessas visitas, foram observadas a atuação dos intérpretes de Libras, a participação dos alunos surdos e ouvintes, o envolvimento dos docentes e a receptividade das famílias. As observações foram registradas em diário de campo e posteriormente organizadas em categorias analíticas, a partir da sistematização dos achados empíricos. O público participante compreendeu intérpretes de Libras, professores regentes, alunos surdos matriculados na Rede Municipal e equipe escolar. O instrumento principal de coleta de dados foi a observação participante, que permitiu ao pesquisador compreender de forma aprofundada o cotidiano das aulas, as estratégias pedagógicas utilizadas e as condições reais de inclusão bilíngue nas escolas.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), sendo desenvolvida em três etapas: (1) leitura flutuante dos registros de campo;

(2) categorização dos achados em eixos temáticos; e (3) interpretação à luz da fundamentação teórica sobre alfabetização e educação bilíngue de surdos. Essa metodologia possibilitou identificar as principais barreiras e potencialidades do projeto, destacando o papel dos intérpretes e da coletividade escolar para o sucesso das ações. Dessa forma, o percurso metodológico adotado favoreceu a compreensão crítica das experiências vivenciadas nas aulas de Libras e contribuiu para o debate sobre os desafios da inclusão escolar de alunos surdos, reforçando a importância da institucionalização de políticas bilíngues na rede municipal de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação de surdos é marcada historicamente por disputas entre abordagens oralistas e bilíngues. Os primeiros registros sistematizados de ensino para surdos datam do século XVIII, com o abade Charles-Michel de L'Épée, na França, que fundou a primeira escola pública para surdos utilizando a língua de sinais como instrumento de ensino. Sua proposta influenciou diversos países e consolidou o uso das línguas de sinais como meio legítimo de instrução. No entanto, o avanço foi interrompido pelo Congresso de Milão, em 1880, quando educadores ouvintes decidiram pela exclusão das línguas de sinais e adoção do oralismo como método oficial. Essa imposição resultou em um longo período de silenciamento da cultura surda e na perda de espaço pedagógico da língua de sinais (QUADROS, 2006, p. 26).

No Brasil, a trajetória da alfabetização de surdos é permeada por lutas políticas e pedagógicas. Mesmo com a promulgação da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e determinam sua presença na formação docente, ainda há inúmeros desafios nas escolas. A ausência de convivência com pares surdos, o ensino centrado na norma ouvinte e a aquisição tardia da linguagem comprometem o processo de alfabetização e o desenvolvimento cognitivo. Para Vygotsky (1989), a linguagem é um instrumento de mediação do pensamento; o desenvolvimento mental ocorre por meio das interações sociais e da internalização dos signos culturais. Assim, a alfabetização de surdos necessita do uso da Língua de Sinais para a construção de significados linguísticos.

Quadros (2006) reforça que a Libras cumpre papel essencial na constituição da identidade e da subjetividade do sujeito surdo, sendo o ponto de partida para a aprendizagem do português como segunda língua. Quando há ausência de acesso precoce à língua de sinais, comprometem-se a comunicação e o próprio processo de formação do

pensamento. A Libras, enquanto primeira língua, garante ao aluno surdo a possibilidade de se constituir como sujeito ativo, participando de forma autônoma das práticas sociais e escolares.

De acordo com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES, 2023), a alfabetização bilíngue deve respeitar as diferenças linguísticas e cognitivas dos estudantes surdos, priorizando práticas pedagógicas que utilizem a Libras como língua de instrução e a Língua Portuguesa como segunda língua. Essa perspectiva implica compreender que o aluno surdo aprende a ler e escrever o português por meio da mediação visual e da tradução interlinguística. A Libras, nesse processo, é o alicerce para a aquisição da segunda língua, pois é por meio dela que o aluno acessa o mundo simbólico e o pensamento abstrato.

Cruz (2023) destaca que a alfabetização deve ser pensada como um processo visual, linguístico e cultural, no qual a interação entre professores, intérpretes e colegas surdos e ouvintes é indispensável para a construção do conhecimento. A autora ressalta que o domínio da Libras é condição essencial para o desenvolvimento da leitura e da escrita em português, e que o uso dessa língua em sala de aula não deve se restringir à tradução, mas ao ensino de conteúdos por meio dela.

Entretanto, as escolas enfrentam diversos desafios para efetivar essa proposta. Muitos docentes ainda não possuem formação adequada para atuar em uma perspectiva bilíngue, o que compromete o trabalho pedagógico. Lacerda (2009) aponta que a falta de preparo dos professores e a ausência de metodologias visualmente acessíveis dificultam o aprendizado do aluno surdo, pois mantêm práticas centradas no oralismo e na memorização de palavras. Essa abordagem desconsidera que o surdo, ao aprender uma língua escrita diferente da sua língua natural, necessita de estratégias de ensino específicas que valorizem o visual, a contextualização e a interação em Libras.

Outro desafio recorrente é a escassez de materiais didáticos bilíngues, a falta de intérpretes e a descontinuidade das políticas de formação. Soares e Rocha (2023) ressaltam que a efetivação da educação bilíngue depende de uma escola que reconheça a diferença linguística como um direito, e não como uma deficiência. Nessa concepção, o ambiente escolar deve promover experiências visuais, trocas culturais e atividades de leitura e escrita mediadas em Libras, permitindo que o aluno surdo compreenda os textos de forma significativa e crítica.

A alfabetização bilíngue, portanto, vai além da transposição de conteúdos do português para a Libras. Trata-se de criar condições reais de aprendizagem, em que o

sujeito surdo possa desenvolver a consciência metalinguística e compreender as funções sociais da escrita. Vygotsky (1989) enfatiza que a aprendizagem se constrói na interação social, e que o papel do professor é criar zonas de desenvolvimento proximal, espaços onde a mediação linguística potencializa o avanço cognitivo. Assim, o professor bilíngue deve atuar como mediador entre as línguas, articulando o conhecimento científico e o saber cultural da comunidade surda.

Conforme o INES (2023), a escola bilíngue para surdos deve assegurar a presença de professores surdos, intérpretes e materiais acessíveis, além de promover um currículo que valorize a Libras como eixo estruturante do processo educativo. A alfabetização, nesse contexto, deve favorecer o letramento em ambas as línguas, garantindo o direito ao acesso à informação, à cultura e à cidadania. A superação dos desafios depende, portanto, de políticas educacionais que consolidem a perspectiva bilíngue e de formações docentes que reconheçam a Libras como língua legítima de ensino e aprendizagem.

Em síntese, a alfabetização de surdos é um processo complexo e multidimensional. Sua efetivação requer o respeito à diferença linguística, o fortalecimento da identidade surda e o compromisso das instituições escolares em construir práticas inclusivas que assegurem a Libras como base da educação. Somente a partir desse reconhecimento será possível garantir o desenvolvimento pleno do aluno surdo e a equidade no acesso à linguagem, ao conhecimento e à vida social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados durante o desenvolvimento do projeto “Libras vai à escola”, realizado no município de Igarassu - Pernambuco, no segundo semestre de 2024, permitiu identificar três questões principais: barreiras linguísticas e familiares, práticas pedagógicas colaborativas e fortalecimento da inclusão pela coletividade. Cada uma delas reflete aspectos centrais da alfabetização e da inclusão de estudantes surdos no ensino regular, à luz das teorias bilíngues e dos desafios históricos apontados na literatura.

Durante as visitas realizadas pela Gerência de Educação Inclusiva, observou-se que a maioria dos alunos surdos não são fluentes em Libras, e muitos têm seu primeiro contato com a língua apenas por meio do intérprete educacional. Essa constatação converge com as análises do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que destacam a persistência da exclusão linguística e a necessidade de políticas educacionais que considerem o acesso precoce à língua de sinais. Segundo o INES (2023, p. 42), “a falta

de convivência com outros surdos e a ausência de um ambiente linguístico visual comprometem a aprendizagem e o desenvolvimento social do aluno surdo”.

Além disso, verificou-se que a maioria das famílias dos alunos não domina a Libras, o que reforça o isolamento comunicativo e dificulta o apoio escolar. Em alguns casos, ainda há resistência de familiares em aceitar o ensino da língua de sinais, o que corrobora com as constatações de Lacerda (2009), para quem a ausência de envolvimento familiar constitui um dos maiores entraves à inclusão efetiva.

Práticas pedagógicas colaborativas: as escolas que promoveram parceria entre professores regentes e intérpretes de Libras obtiveram maior engajamento das turmas e avanços perceptíveis na comunicação e na participação dos alunos surdos. Essa prática reforça a concepção de Quadros (2006), ao afirmar que a Libras deve ser o ponto de partida para a mediação pedagógica e o desenvolvimento da linguagem. Quando o intérprete é reconhecido como parte da equipe pedagógica e o professor assume corresponsabilidade na condução das aulas, o ambiente bilíngue se fortalece e favorece a alfabetização.

Nas atividades do projeto, cada escola elaborou um produto pedagógico voltado à valorização da Libras, como jogos educativos, vídeos e cartilhas, possibilitando o uso visual e coletivo da língua. Esse movimento coletivo ampliou o alcance do aprendizado, tornando a Libras um instrumento de interação e desmistificação.

Fortalecimento da inclusão pela coletividade: a proposta do projeto, ao oferecer aulas de Libras para toda a turma, mostrou-se uma estratégia eficaz para quebrar barreiras atitudinais. Quando os alunos ouvintes aprendem Libras junto aos surdos, a comunicação flui de forma mais natural, fortalecendo os vínculos e diminuindo o sentimento de isolamento. Essa abordagem reafirma a importância de considerar a Libras como componente curricular obrigatório, uma vez que a inclusão linguística de todos é condição para o sucesso da educação bilíngue.

Os relatos dos intérpretes de Libras e das equipes pedagógicas revelam que o principal ganho do projeto foi a conscientização coletiva sobre a surdez e a valorização da diferença linguística. No entanto, persistem desafios significativos. Mesmo com as aulas de Libras, o fato de a disciplina não integrar oficialmente o currículo escolar faz com que não receba a mesma valorização atribuída às demais áreas de ensino. Observou-se também que cada escola apresentou uma realidade distinta: nas turmas de Ensino



Fundamental II, por exemplo, o elevado número de professores e disciplinas, aliado às demandas das avaliações externas, reduziu o tempo disponível para o ensino de Libras. As aulas aconteciam mediante acordos entre o intérprete e os docentes com maior carga horária na turma. Soma-se a isso a ausência de espaços de convivência entre estudantes surdos, fator que ainda limita a efetividade da alfabetização bilíngue e o fortalecimento da inclusão.

Em consonância com o INES (2023) e as contribuições de Quadros (2006) e Vygotsky (1989), pode-se afirmar que a inclusão do aluno surdo não se concretiza apenas pela matrícula, mas pela criação de ambientes de aprendizagem que reconheçam sua língua e sua identidade. O projeto “Libras vai à escola” demonstra que o ensino da Libras para todos os estudantes que convivem com os surdos em sala de aula é uma ação pedagógica inovadora, ética e transformadora, capaz de promover a interação bilíngue no espaço escola e o fortalecimento da identidade e cultura surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que o ensino e a aprendizagem de alunos surdos na rede municipal de Igarassu ainda enfrentam desafios estruturais, linguísticos e pedagógicos, mas também revelou caminhos possíveis para uma inclusão bilíngue efetiva. O projeto “Libras vai à escola” demonstrou que iniciativas locais podem transformar o ambiente escolar quando há compromisso coletivo e sensibilidade para as diferenças linguísticas. Ao oferecer aulas de Libras para todas as turmas, o projeto possibilitou a aproximação entre surdos e ouvintes, fortalecendo a comunicação, a empatia e o respeito à diversidade.

Contudo, os resultados indicam a necessidade urgente de que a Língua Brasileira de Sinais seja reconhecida como disciplina curricular nacional, garantindo espaço formal de aprendizagem para todos os estudantes. Tal medida promoveria não apenas o acesso dos alunos surdos à sua língua natural, mas também a formação linguística dos colegas ouvintes e da comunidade escolar. Do mesmo modo, é fundamental que o Governo Federal, Estadual e Municipal invista na criação de salas bilíngues para surdos ou em outras estratégias pedagógicas que favoreçam o convívio entre pares, ampliando as oportunidades de interação linguística e social.



Outro aspecto crucial refere-se à participação das famílias. O estudo reforça que o engajamento familiar é indispensável para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas. Assim, recomenda-se a promoção de ações formativas que incentivem pais e responsáveis a aprenderem Libras, possibilitando uma comunicação mais efetiva com seus filhos e fortalecendo o vínculo afetivo e educativo.

Além disso, as escolas inclusivas precisam criar estratégias específicas que favoreçam o processo de alfabetização de alunos surdos, reconhecendo que o atraso linguístico inicial pode comprometer o desenvolvimento de outras áreas do conhecimento. É indispensável investir em metodologias visuais, recursos bilíngues e formação continuada de professores, de modo a garantir que a Libras seja o ponto de partida para a aquisição da Língua Portuguesa escrita.

Diante desses resultados, o município de Igarassu se destaca por colocar-se à frente em iniciativas inovadoras de educação bilíngue, por meio do projeto “Libras vai à escola”. Essa ação representa uma oportunidade concreta de minimizar os desafios da educação de surdos e de inspirar políticas públicas mais amplas, voltadas à valorização da Libras e ao fortalecimento da inclusão educacional. Entendendo que a partir desse projeto, futuramente os alunos surdos e ouvintes podem se projetar no mercado de trabalho, atuando como professor/intérprete de Libras, ou complementando sua atuação em outra área. Assim, o estudo reforça que a verdadeira inclusão se constrói por meio da acessibilidade linguística, do reconhecimento da diferença e da formação de uma escola que, de fato, eduque na diversidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

CRUZ, A. C. **Alfabetização bilíngue e inclusão de alunos surdos: perspectivas e desafios**. Recife: Editora Universitária, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES. **Educação bilíngue de surdos: práticas e diretrizes**. Brasília: INES, 2023.

LACERDA, R. de. **Ensino e aprendizagem de alunos surdos: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2009.

LACERDA, R. de. **Alfabetização e inclusão de alunos surdos: contribuições teóricas.** Recife: UFPE, 2006.

QUADROS, R. M. de (Org.). **Estudos Surdos I.** Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SOARES, P.; ROCHA, M. **Educação bilíngue e práticas inclusivas para alunos surdos.** Recife: UFPE, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SOARES, Flávia dos Santos; ROCHA, Solange Maria da. Saul Borges Carneiro: um professor parceiro na educação das meninas surdas na década de 30. In: CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva da (org.). **Educação de Surdos em Perspectiva Bilíngue.** Rio de Janeiro: INES, 2023. p. 15–34.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

